



Promontoria Monográfica HISTÓRIA DO ALGARVE 03

Coordenação de
A. PAULO DIAS OLIVEIRA
CRISTINA FÉ SANTOS
JOSÉ GONÇALO DUARTE
PATRÍCIA DE JESUS PALMA

Apontamentos para a História das

CULTURAS DE

ESCRITA:

DA IDADE DO FERRO À ERA DIGITAL

Apontamentos para a História

DAS CULTURAS DE ESCRITA: DA IDADE DO FERRO À ERA DIGITAL

EDITOR:

Centro de Estudos em Património, Paisagem e Construção (CEPAC)

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Universidade do Algarve

Editor:

Centro de Estudos em Património, Paisagem e Construção (CEPAC)
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Universidade do Algarve

Comissão Coordenadora:

A. Paulo Dias Oliveira
Cristina Fé Santos
José Gonçalo Duarte
Patrícia de Jesus Palma

Introdução:

A. Paulo Dias Oliveira
Patrícia de Jesus Palma

Tiragem:

500

Capa e design:

Lúcia Costa

Depósito Legal:

419839/16

ISBN:

978-989-8859-00-6

Faro, 2016**Impressão:**

Gráfica Comercial Arnaldo Matos Pereira, Lda
Zona Industrial de Loulé, Lote 18
Apartado 247 - 8100-911 Loulé
www.graficacomercial.com

Agradecimentos:

Muitos foram os que tornaram possível a concretização deste projecto que já vai no número 3. A alguns deles, que não vêm referidos no corpo da obra, é necessário deixar aqui o nosso agradecimento: a Lúcia Costa (luciacosta80@gmail.com), a designer que mais uma vez concebeu e deu rosto a esta publicação, e um especial obrigado a Emanuel Sancho, director do Museu do Trajo de São Brás de Alportel, uma presença constante e dedicada.

Nota: O uso do Acordo Ortográfico de 1990 foi opção de cada autor.

Com o apoio de:

- 7 RESUMOS
- 19 INTRODUÇÃO
- A escrita do Sudoeste:
um breve ensaio de síntese**
Amílcar Guerral | Pedro Barros | Samuel Melro
- 45 **Epigrafia Romana do Algarve**
José D'Encarnação
- Contributos para a catalogação e estudo da epigrafia pública na região do
Algarve**
Marco Sousa Santos
- 85 **Projecção documental de poderes:
em torno das actas de vereação de Loulé (século XV)**
Filipa Roldão
- 101 **Samuel Gacon, um editor do Talmud, com os olhos postos no Oriente
(A edição de Faro do Pentateuco, de Junho de 1487, no contexto da História
da Imprensa incunabular hebraica portuguesa)**
Manuel Cadafaz de Matos
- 135 **A escrita, a informação e a honra:
as provas de limpeza de sangue no Algarve setecentista**
Nelson Vaquinhas
- 155 **Contributo para a história da edição contemporânea em Portugal:
a emergência da edição impressa na periferia, o caso do Algarve (1808-1910)**
Patrícia de Jesus Palma
- 183 **O laicismo na capital algarvia nos finais de Oitocentos:
o célebre processo de Francisco Pereira Salles**
Luís Guerreiro

- 205 **A linguagem visual da Indústria Conserveira do Algarve:
o caso da *Marie Elisabeth Brand***
Ana Lúcia Gomes de Jesus
- 225 **Notas prévias a um estudo das imagens e da importância das vanguardas
artísticas na imprensa algarvia do começo do século XX**
Ana Isabel Soares I Mirian Tavares
- 235 **Imprensa periódica e propaganda política:
o caso do *Nacional sindicalista* de Faro**
A. Paulo Dias Oliveira
- 263 **Escolas de formação de professores do ensino primário no Algarve**
João Sabóia
- 289 **As escolas primárias dos centenários:
subsídios para uma história das construções escolares no Algarve**
Vítor Ribeiro
- 313 **Para a História da edição do romanceiro no Algarve:
protagonistas, textos, suportes e uma falsa questão**
Sandra Boto
- 335 NOTAS SOBRE OS AUTORES

Para a História da edição do romanceiro no Algarve: protagonistas, textos, suportes e uma falsa questão¹

Sandra Boto²

OS PRIMÓRDIOS DA EDIÇÃO DO ROMANCEIRO DO ALGARVE

Na entrada para o século XXI, Maria Aliete Galhoz chamou devidamente a atenção para os “hiatos, relançamentos de interesse ocasional e, ultimamente, colheitas com uma sistematização esclarecida e programada que permitiu, e ainda vai permitindo, enriquecer e alargar o seu [do romanceiro do Algarve] reportório”³. É, pois, com base nesta premissa que assento esta proposta de leitura da História editorial do romanceiro no distrito de Faro.

Curiosamente, como é sabido, o traçado desta História tem início com uma enigmática referência, da autoria do grande pioneiro no estudo e edição do romanceiro na Península Ibérica, o Visconde de Almeida Garrett (1799-1854), que, na nota 3 da versão factícia que compõe para o conhecido romance “Nau Catrineta” (IGR: 0457)⁴, em comentário à variante geográfica presente no verso “Que iam na volta do mar” indica que “Todas as lições dizem assim, menos a do Algarve”⁵. Pese embora as dificuldades de interpretação que esta nota possa suscitar, tudo parece sugerir que Garrett se

¹ Este trabalho foi realizado no âmbito da Bolsa de Pós-doutoramento concedida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia com a referência SFRH/BPD/84108/2012, financiada por fundos nacionais do MCTES.

² A autora declara não seguir o Novo Acordo Ortográfico.

³ Galhoz, 1999-2001, p. 109.

⁴ Sigo, para a classificação dos romances tradicionais, o índice classificativo preparado pelo Seminario Menéndez Pidal, o *Índice general del romancero*, embora nem todos os romances religiosos mencionados ao longo deste trabalho disponham de um código de IGR, como se constatará, devido ao facto de suscitarem, alguns deles, dúvidas quanto ao seu género. Sobre esta metodologia de classificação dos romances, pode consultar-se, para o caso português, a bibliografia de Ferré / Carinhas, 2000.

⁵ Garrett, 1851, III, p. 89.

refere à adopção de um texto-base algarvio (*copy text*) para a versão que compõe, alterando esse mesmo texto nos lugares mencionados pontualmente, para os quais indica as respectivas variantes geográficas. No caso concreto do verso em causa, pode ler-se que Garrett terá excluído a *lectio singularis* presente no seu texto-base algarvio para optar pela variante que fixa, a qual é, segundo o próprio, comum a todas as versões de que dispõe menos à do Algarve. Não nos informa, contudo, sobre que lição propõe o texto algarvio para aquele verso em concreto. Independentemente desta leitura, que parece ser de aceitação pacífica, até ao momento, o importante a reter é que Garrett dispunha de uma versão oriunda do Algarve, ou, por outras palavras menos comprometedoras, que, por esta altura (1851 ou antes) já se recolhiam romances tradicionais na nossa região.

A partir de informações colhidas na correspondência de Estácio da Veiga, José Joaquim Dias Marques data o início da constituição da colecção do célebre erudito algarvio cerca de 1856 ou pouco depois⁶. Mas, por vicissitudes várias, teria ela de aguardar até 1870 para sair dos prelos, embora em 1860 se publicasse, no periódico *A Nação* nº 3819 de 18 de Agosto, uma versão do romance “O cativo do renegado” (IGR: 4021), que viria a ser amplamente reeditada. A obra *Romanceiro do Algarve* saía, assim, dez anos volvidos, instituindo-se como a primeira colecção de romances de cariz regionalista a ser publicada em Portugal.

Mais tarde, Reis Dâmaso, na *Enciclopédia Lusitana*, em 1882, volta a publicar versões de romances do Algarve e José Joaquim Nunes, em duas revistas nacionais (mais precisamente na *Revista Lusitana* e na *Portucale*), entre 1900 e 1928, bem como na *História da Literatura Portuguesa Ilustrada* de Albino Forjaz de Sampaio, de 1930, faz publicar um total de 21 versões inéditas de romances tradicionais recolhidas no Algarve⁷.

No que respeita a novas publicações de grande fôlego, depois do *Romanceiro* de Estácio havia que esperar pelo labor de Ataíde Oliveira. Em 1905, no seu *Romanceiro e Cancioneiro do Algarve*, contribui o sacerdote algarvio tanto com versões inéditas (35, mais precisamente) como com a reedição dos trabalhos de Reis Dâmaso, de Estácio da Veiga, e ainda com as versões

⁶ Ver Marques, 2005, p. 15.

⁷ Consulte-se a informação sobre temas, bibliografia e ciclos editoriais destas versões em www.romanceiro.pt

publicadas por José Joaquim Nunes na *Revista Lusitana* em 1900-1901, embora se deva reconhecer, de acordo com Vanda Anastácio, que “o romanceiro não constitui uma preocupação fundamental”⁸ de Ataíde Oliveira.

Em inícios do século XX, mais precisamente até 1905, 74 era então o número de versões de romances tradicionais algarvios dados à estampa, cifra nada desprezável tendo em consideração o panorama nacional na altura.

Em boa verdade, os primórdios desta História não constituem o foco deste trabalho pois contam já, afortunadamente, com estudos de aguçado cariz filológico que elucidaram atentamente os métodos editoriais dos primeiros intelectuais que figuram na História da edição do romanceiro no Algarve⁹.

Está bem patente a filiação romântica destes primeiros protagonistas do romanceiro Algarvio ao nível da *emendatio* e do labor editorial sobejamente criativo (no caso de Estácio)¹⁰ e ficam bem claros os ideais positivistas que não deixam de reconhecer o retoque textual e a elaboração de versões compósitas como uma prática aceitável (no que diz respeito a Ataíde de Oliveira)¹¹. Contudo, ambas colecções pautam-se por um identificável fundo romântico comum: o do enaltecimento do espírito regionalista que moveu os dois editores, filiados na concepção da “pequena pátria”¹².

RELANÇAMENTOS DE INTERESSE OCASIONAL E COLECÇÕES DE ÂMBITO NACIONAL

Creio que a citação de Maria Aliete Galhoz no início invocada ilustra convenientemente o rumo colector e editor que caracterizou o romanceiro algarvio, após uma primeira fase entusiasta e promissora. No século XX, mais precisamente até 1988, a realidade é que não abundou um interesse sistemático pelo romanceiro

⁸ Anastácio, 1985, p. 57.

⁹ Lembro nomeadamente o já mencionado estudo de Vanda Anastácio, que acompanha e ilumina a edição crítica do romanceiro de Ataíde Oliveira (Anastácio, 1985) e o de José Joaquim Dias Marques (Marques, 2002), que se debruça sobre os materiais de Estácio da Veiga sem, infelizmente, ter podido concretizar ainda a tão desejada fixação crítica do romanceiro do intelectual tavirense.

¹⁰ José Joaquim Dias Marques é autor de uma extensa bibliografia dedicada ao estudo do método editorial de Estácio da Veiga. Por uma mera questão de acessibilidade, remeto o leitor interessado em melhor conhecer o processo de construção da obra de Estácio para o “Estudo Introdutório” à reedição fac-similada do *Romanceiro do Algarve* (cf. Marques, 2005, pp. 5-48).

¹¹ Remeto uma vez mais para a dissertação de mestrado de Vanda Anastácio (Anastácio, 1985, pp. 56-97).

¹² *Op. cit.*, p. 61.

nesta região, como se observa pela ausência de edições exclusivamente dedicadas ao género no Algarve.

As monografias locais iam respigando alguma versão aqui e ali, com particular destaque para o trabalho de Estanco Louro e a sua *Monografia de Alportel*, de 1929, bem como para as monografias de Ataíde Oliveira, publicadas entre 1907 e 1914, onde reproduz textos anteriormente já dados à estampa, sobretudo o “D. Julião” de Estácio (versão que José Joaquim Dias Marques comprovou não passar de uma falsificação¹³) e a versão da “Infantina” (IGR: 0164) também do mesmo editor¹⁴.

Quanto ao surgimento de novas versões, José Joaquim Dias Marques e Angélica Reis da Silva publicariam, já nos anos 80, em 1984-85, na *Revista Lusitana*, uma versão inédita do tema “A donzela guerreira”¹⁵ (IGR: 0231) e outra, também inédita, de “Bela Infanta”¹⁶ (IGR:0113), provenientes de Alcoutim.

O romanceiro algarvio do século XX viu, pois, desfalecer o ímpeto recolector inicial, sobretudo na primeira metade da centúria. A maioria das versões dadas à estampa nas primeiras décadas não passam de reedições em obras de âmbito nacional, devendo chamar-se a atenção, neste sentido, para o contributo que Teófilo Braga vinha a conceder ao romanceiro algarvio desde o século anterior e que se prolongou pelo novo século, atentando nas reedições massivas de versões do Algarve que difundiu significativamente nos seus romancesiros de âmbito geográfico nacional. Efectivamente, das 62 versões algarvias por ele publicadas, apenas 3 constituem versões inéditas¹⁷.

Também José Leite de Vasconcelos, sobretudo (mas não só) nos dois volumes do *Romanceiro Português* publicados em 1958-1960, magnífica obra que cobre todo o território nacional e que muito contribuiu para a ampliação do *corpus* do romanceiro português, concede atenção à tradição algarvia, através da fixação de 26 versões de romances profanos recolhidos no distrito de Faro, que lhe chegaram de diversas formas, sem contabilizar aqui os religiosos propriamente ditos. No trabalho editorial leitiano sobre o Algarve (que não se circunscreve, repito, à obra póstuma *Romanceiro*

¹³ Por este motivo foi expurgada da plataforma www.romanceiro.pt. Ver, por exemplo, Marques, 2005, p. 32).

¹⁴ Veja-se o ciclo editorial desta versão em www.romanceiro.pt.

¹⁵ *Id. nota anterior.*

¹⁶ *Id. nota anterior.*

¹⁷ Consulte-se o *corpus* versões oriundas do Algarve que Teófilo Braga dá à estampa na plataforma www.romanceiro.pt

*Português*¹⁸) apenas 3 versões constituem reedições de textos profanos anteriormente dados à estampa.

Também reconhecido pelo protagonismo activo no domínio da recolha de campo do romanceiro em Portugal (entre outros géneros tradicionais, refira-se) Michel Giacometti, responsável, em associação com Fernando Lopes Graça, distingue-se pela gravação e disponibilização, em disco (com a componente áudio e a respectiva transcrição) de 5 versões algarvias de romances profanos e 1 devoto¹⁹. Estas versões são provenientes do trabalho de campo de Giacometti nos concelhos de Alcoutim, Aljezur e Monchique, concelhos (e também informantes) que viriam a ser inquiridas mais tarde por Vanda Anastácio, Pere Ferré ou Cristina Carinhas.

Em 1964, cabe a Alves Redol e a Fernando Lopes Graça conceder um novo impulso editorial de grande dimensão ao romanceiro em Portugal. Estes editores pretendem actualizar, no seu *Romanceiro Geral do Povo Português*, o *corpus* tradicional nacional. Não obstante, nesta obra, o romanceiro do Algarve não é ampliado com qualquer nova versão, limitando-se os seus editores a reeditar 19 textos já conhecidos, dados anteriormente à estampa por Estácio da Veiga, Ataíde Oliveira, Reis Dâmaso, José Joaquim Nunes e pela dupla Michel Giacometti e Lopes Graça²⁰.

Assinale-se que, depois do grande romanceiro geral de Redol / Graça, houve que esperar até 1987-88, um hiato de 23 anos, portanto, para que um novo romanceiro de ambição nacional visse os prelos: refiro-me em concreto ao *Romanceiro Popular Português*, da responsabilidade editorial de Maria Aliete Galhoz. Todavia, desta vez, o contributo deste romanceiro para o alargamento do *corpus* algarvio foi deveras assinalável, na medida em que se incluem aqui 40 novas versões de romances de assunto profano e devoto, sem esquecer outro relevante papel desempenhado por esta publicação, que consistiu na edição de um riquíssimo manancial de versões de romances religiosos, presentes no II volume de 1988, ao qual se junta uma insuperável erudição na sistematização de um *corpus* de tão difícil caracterização como seja o do romanceiro religioso²¹. A

¹⁸ Para uma perspectiva exaustiva da bibliografia de Leite de Vasconcelos dedicada ao romanceiro do Algarve e dos ciclos editoriais das versões que publica, consulte-se www.romanceiro.pt

¹⁹ Para informações de carácter bibliográfico e para mais detalhes sobre os ciclos editoriais destas versões, remeto para a consulta de www.romanceiro.pt

²⁰ Cf. www.romanceiro.pt para mais informações sobre estes textos.

²¹ Cf. Galhoz, 1988, pp. VII-XLV.

proeminência desta tipologia de textos na tradição oral moderna do Algarve confirmou-se, definitivamente, a partir deste trabalho de Maria Aliete Galhoz.

UM NOVO ROMANCEIRO DO ALGARVE EM FINAIS DO SÉCULO XX, UMA NOVA METODOLOGIA EDITORIAL

A História editorial do romanceiro tradicional, como a de qualquer género literário ‘memorial’, de resto, não passa de uma edificação sobre perdas associadas à sua imprescindível base documental, o que contraria, paradoxalmente, os alicerces da própria História que se deseja edificar. Se a procura de uma metodologia editorial perfeita para a ‘literatura escrita’ não passa de uma utopia, muito menos pode o editor de um poema narrativo tradicional a ela aspirar devido justamente à natureza instável e complexa que define o seu objecto.

Contabilizam-se, pese o exposto, alguns bosquejos de sistematização da História do romanceiro no Algarve, de diferentes ângulos teóricos, com objectivos díspares e com graus de profundidade assimétricos. Destacaria, ainda assim, os indispensáveis contributos de Vanda Anastácio²², José Joaquim Dias Marques²³ e Maria Aliete Galhoz²⁴. Mais recentemente, um pequeno estudo de João David Pinto Correia²⁵ direcciona a atenção especificamente para os colectores e editores do romanceiro do e no Algarve. Já em 2012, numa dissertação de Mestrado em Promoção e Mediação da Leitura da Universidade do Algarve, da autoria de Elisabete Reis²⁶, encontramos uma cronologia comentada, chamemos-lhe assim, da actividade editorial relativa à literatura oral no Algarve onde, em jeito de ‘fichas de leitura’, se apresentam comentários analíticos a obras que contêm recolhas de literatura tradicional algarvia nos seus diferentes géneros, entre os quais figura, naturalmente, o romanceiro²⁷.

Importa comentar também que, se a atracção pelo estudo da edição do romanceiro no Algarve começa a desenhar-se e a movimentar os investigadores tardiamente, mais precisamente nos anos 80 do século XX, dever-se-á este atraso ao relativo desinteresse

²² Anastácio, 1985.

²³ Marques, 2002.

²⁴ Galhoz, 1999-2001, pp. 109-124.

²⁵ Correia, 2009, pp. 85- 101.

²⁶ Reis, 2012, pp. 13-65.

²⁷ Não se trata de uma compilação exaustiva de obras mas apenas de uma seleção daquelas que a autora considerou serem as mais representativas, já que denota algumas ausências de vulto (nomeadamente os trabalhos de José Joaquim Nunes ou de Reis Dâmaso).

pela pesquisa sistemática de campo e pela tarefa de fixação dos produtos dessas campanhas, o que teve como consequência um certo pauperismo numérico do *corpus* reunido até então.

Na realidade, inscreve-se como primeiro marco do renascimento do interesse pela recolha de romances no Algarve a publicação do *Romanceiro Tradicional do Distrito de Faro*²⁸, que decorreu das prospecções de campo levadas a cabo por Vanda Anastácio, Pere Ferré e outros colaboradores no distrito de Faro em 1982, 1983 e 1984²⁹, prospecções que resultaram na publicação de 110 versões maioritariamente inéditas de 27 temas, das quais 12 versões correspondem a romances religiosos propriamente ditos. A partir da análise superficial desta importante colecção, cabe destacar o lugar assumido pelo concelho de Alcoutim como manancial mais significativo de informantes em cuja memória o género sobrevive, o que não significa de todo que os repertórios desses mesmos informantes sobressaíssem, regra geral, em termos quantitativos e qualitativos. Em sentido contrário, destaca-se o concelho de Aljezur no que concerne à qualidade dos repertórios romancísticos individuais, ou, por outras palavras, foi neste concelho que se localizaram os informantes detentores de mais extensos repertórios, desde logo encabeçados pelo nome de Adélia Rosado, a senhora que protagonizou o júbilo de várias gerações de colectores como Michel Giacometti, Vanda Anastácio, Pere Ferré ou Cristina Carinhas, pela qualidade e pela quantidade dos romances por ela memorizados.

Editava-se, com esta obra, a primeira grande compilação regional de romances desde o já longínquo trabalho fundador de Estácio da Veiga, em 1870. Desde então, pode afirmar-se sem reservas que o panorama colector e editor do romanceiro algarvio se transformou de forma radical, não só no que se refere à metodologia editorial aqui empregue, pautada por um enorme rigor no levantamento e no tratamento das variantes através da inclusão de aparatos críticos, como em termos de exumação de versões.

Confere crédito a estas afirmações a avaliação do número de versões algarvias de romances tradicionais publicadas entre 1870 e 1987, que não atingem a centena e meia (mais precisamente 143 é o número de versões de romances de assunto profano que regista, para o distrito de Faro, a consulta da plataforma *Romanceiro*.

²⁸ Anastácio (1988).

²⁹ Cf. *op. cit.*, p. [15].

pt)³⁰. Confronte-se, por oposição, esta cifra com as espantosas 153 novas versões algarvias incorporadas na citada plataforma, dadas à estampa apenas nos últimos 28 anos (entre 1988, ano da publicação do *Romanceiro* de Vanda Anastácio e os dias de hoje), que mais do que duplica o número de textos editados nos primeiros 117 anos de vida da história documental do romanceiro na nossa região.

Seguem-se, na esteira do caminho desbravado pela edição de Vanda Anastácio, alguns outros contributos editoriais relativos ao romanceiro do Algarve. Destacamos aqui os mais significativos³¹.

Fátima Rosado publica em 1993 *Tradição Algarvia 1. Poesia recolhida na freguesia de Querença*, uma recolha monográfica local que abrange vários géneros poéticos populares, somando um cômputo interessante de versões inéditas de romances profanos, devotos³² e religiosos. Em 1994, José Joaquim Dias Marques, juntamente com Isabel Cardigos, dá à estampa, no *Jornal da Serra*, 3 versões inéditas do Algarve: uma “Donzela guerreira” (IGR: 0231), uma “Devota da ermida” (IGR: 0165) e uma “Delgadinha” (IGR: 0075) e, em 1996, na revista *E.L.O.*, o mesmo investigador divulga outra “Delgadinha” inédita, de Vila Real de Santo António, fruto de uma recolha realizada em Faro também com Isabel Cardigos³³.

No mesmo ano, na mesma *E.L.O.*, Cristina Carinhas publica, por sua vez, os resultados de uma campanha de recolha que dirigiu, no concelho de Aljezur, reeditando algumas versões anteriormente já recolhidas por Vanda Anastácio e também por Giacometti. O pecúlio obtido revelou-se bastante significativo, também, com mais de 20 versões editadas³⁴.

Caminhando para o fim do século, em 1996-97, publica-se uma recolha monográfica realizada em Vale Judeu (concelho de Loulé). Trata-se de um importante trabalho da responsabilidade de Idália Farinho Custódio e de Maria Aliete Galhoz, que percorre vários géneros tradicionais. Na realidade, o seu contributo para o

³⁰ Disponível em www.romanceiro.pt - último acesso a 26/10/2016).

³¹ Para conhecer a bibliografia completa das obras aqui destacadas bem como a dos restantes contributos editoriais para o romanceiro do Algarve entre a publicação da obra de Anastácio, de 1988, e os anos 90, recomenda-se uma pesquisa na plataforma www.romanceiro.pt.

³² Consulte-se www.romanceiro.pt para mais informações sobre ciclos editoriais e bibliografia das versões profanas e devotas incluídas nesta obra.

³³ Consulte-se www.romanceiro.pt para mais informações bibliográficas sobre estas versões de J.J. Dias Marques.

³⁴ Consulte-se www.romanceiro.pt para mais informações sobre ciclos editoriais e bibliografia das versões incluídas neste artigo de Cristina Carinhas.

levantamento do romanceiro tradicional no concelho de Loulé afigura-se imprescindível, pois aporta um número impressionante de versões inéditas profanas, devotas e religiosas, para incremento do *corpus* deste território³⁵. Já o livro *Da Memória do Povo. Recolha da Literatura Popular de Tradição Oral do Concelho de Portimão*, da responsabilidade de Margarida Tengarrinha, publicado em 1999, inclui somente uma versão inédita de um romance profano: o “Conde Ninho” (IGR: 0049).

Também Maria Aliete Galhoz, na *Revista Lusitana*, concretamente no estudo dedicado ao romanceiro do Algarve a que já aqui aludi, reedita 11 versões de romances de assunto profano e devoto³⁶, não acrescentando, pese embora, qualquer versão inédita do Algarve.

Finalmente, nos quatro volumes do *Romanceiro Português da Tradição Oral Moderna. Versões Publicadas entre 1828 e 1960*, da responsabilidade de Pere Ferré, o romanceiro algarvio publicado até à monumental edição do *Romanceiro Português* de Leite de Vasconcelos é finalmente reunido e reeditado na íntegra, agora numa perspectiva editorial filológica, subsidiária da melhor tradição da crítica textual³⁷.

OS MAIS RECENTES CONTRIBUTOS EDITORIAIS: do texto ao contexto

Haverá ainda que somar a este cômputo o produto de recolhas realizadas em território algarvio já no século XXI. Neste contexto, merece um especial destaque a magna obra em cinco volumes da responsabilidade de Idália Farinho Custódio, Maria Aliete Galhoz e Isabel Cardigos, o monográfico *Património Oral do Concelho de Loulé*, especialmente o volume II, dedicado ao *Romanceiro*³⁸, e o V, uma *Vária*³⁹, no qual as editoras actualizam o *corpus* louletano com novos textos. No caso do romanceiro, contabilizamos uma notabilíssima recolha de 191 versões (algumas delas novas recitações de versões já publicadas em obras anteriores), 64 das quais correspondem a temas religiosos. No V volume actualiza-se a cifra, com a fixação de outras 35 versões mais, 11 das quais de assunto religioso.

³⁵ O acesso aos dados sobre as versões de romances profanos e devotos presentes nesta obra, bem como os ciclos editoriais e informações bibliográficas encontram-se disponíveis em www.romanceiro.pt.

³⁶ Galhoz, 1999-2001, pp. 111-121.

³⁷ Cf. Ferré, 2000b, 2001, 2003 e 2004.

³⁸ Custódio *et al.*, 2006.

³⁹ Custódio *et al.*, 2013.

O incremento de campanhas de recolha que se tem vindo a verificar na última década, enraizadas no discurso hoje tão difundido da defesa imperiosa do património imaterial, beneficia obviamente a literatura de tradição oral (entendida como um bem comum em vias de extinção), na medida em que estas acções animam o registo de novas versões (ou de novas recitações, por vezes), com o mérito de permitirem aos investigadores que se dedicam ao estudo dos diferentes géneros literários tradicionais ampliar o seu *corpus* de trabalho. No que diz respeito ao romanceiro da tradição algarvia, e à imagem e semelhança do que sucede no resto do país, é esmagadoramente neste quadro, nem sempre com a manipulação rigorosa de conceitos e técnicas de recolha e edição, que a recolha e a edição têm decorrido.

Cabe lembrar também que este escolho deverá somar-se às imensas dificuldades que se reconhecem ao levantamento de um género como o romanceiro, que se encontra em franco estertor. Congratulemo-nos, assim sendo, pelos incrementos textuais que os trabalhos mais recentes têm vindo a proporcionar. Proponho que acompanhem, por isso, alguns casos concretos de obras lançadas nos últimos tempos com contributos para a ampliação textual do romanceiro do Algarve.

Começemos com a referência às recolhas generalistas efectuadas por José Ruivinho Brazão sob o título *Cancioneiro Tradicional Português*. Muito embora neste trabalho se estampe um variado leque de poemas cantados, a obra acrescenta somente 3 versões, provenientes de Paderne, ao *corpus* do romanceiro novelesco profano, a saber: uma do romance “O Veneno de Moriana”⁴⁰ (IGR: 0172), outra de “Delgadinha”⁴¹ (IGR: 0075) e ainda outra pertencente ao tema “Claralinda”⁴² (IGR: 0234).

Aqui, a transcrição textual é acompanhada pelos dados de recolha e pela respectiva partitura musical. Estamos, pois, perante textos com a particularidade de terem sido cantados, embora sem qualquer advertência para a eventual existência de variantes entre as performances das duas informantes que, cabe nunca esquecer, passaram por processos mnemónicos individuais do texto, sendo expectável por isso a existência de alguma variação que o editor poderá ter cerceado.

Na actualização do *corpus* editorial romancístico do Algarve, importa ainda assinalar alguns contributos

⁴⁰ Brazão / Conceição, 2008, pp. 36-37.

⁴¹ Brazão / Conceição, 2008, pp. 48-49.

⁴² Brazão / Conceição, 2008, pp. 50-51.

bem recentes como as recolhas de Cláudia Diogo, dadas à estampa em 2015 mas realizadas no âmbito de uma dissertação de mestrado defendida em 2004 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Refiro-me à obra *Lendas e Outras Memórias de Monchique. História, Tradição e Oralidade no Algarve*, de carácter monográfico mas generalista no espírito da recolha (acolhe múltiplos géneros orais), adstrita ao concelho de Monchique⁴³.

Não se pode afirmar que o papel desta obra para a história editorial do género que nos ocupa seja extraordinário, embora não se estranhe, dado que a autora assume, desde o início, que o foco do seu trabalho não assentava no romanceiro (Diogo, 2015, pp. 14-16). Efectivamente, dos 6 textos que classifica e edita como romances (entre as páginas 239 e 247), apenas 4 podem, em rigor, classificar-se como tal. São eles: uma versão de “Bela Infanta”⁴⁴ (IGR: 0113), uma d’ “O veneno de Moriana”⁴⁵ (IGR: 0172), outra versão do tema “Bernal Francês”⁴⁶ (IGR: 0222) e por fim uma d’ “O Conde Niho”⁴⁷ (IGR: 0049).

Refira-se que, neste trabalho, a entrevistadora assume uma clara preferência pela reprodução da ‘voz do informante’, sobretudo ao optar por deixar “os [...] informantes falar à vontade, embora tentasse orientar a conversa [...]”⁴⁸. A menção à “transcrição fiel do seu conteúdo [refere-se às cassetes]” e à “preservação de outros elementos extralinguísticos, que caracterizam o texto oral [...]”⁴⁹ justificam, também, a metodologia editorial aplicada, a qual legítima, por exemplo, a incorporação das didascálias e comentários do informante junto à edição da versão truncada de “Bernal Francês”, como forma de contextualizar o texto no seu universo de transmissão. A relação entre o que é contado e a forma como é contado passa a adquirir, assim, uma relevância igual ou mesmo superior à do texto memorizado, inibindo deste modo o colector de intervir na recuperação de um texto mais completo e, logo, melhor fixado.

⁴³ Confirma a autora que “Para realizar este trabalho entrevistei, durante cerca de dois anos, trinta e três pessoas residentes em várias áreas da serra de Monchique, que tentei que me transmitissem lendas, benzeduras, romances e outros textos geralmente transmitidos oralmente entre as gerações.” (Diogo, 2015, p. 13).

⁴⁴ Diogo, 2015, pp. 240-242.

⁴⁵ Diogo, 2015, pp. 242-243.

⁴⁶ Diogo, 2015, pp. 243-245.

⁴⁷ Diogo, 2015, pp. 245-246.

⁴⁸ Diogo, 2015, p. 16.

⁴⁹ *Ibid.*

Já outra tipologia de trabalho de recolha a tratar aqui é a que surge vinculada ao espírito da preservação de repertórios orais generalistas mas não já circunscritos a um âmbito monográfico local. Caracterizam-se pela pesquisa direccionada para a exumação dos ‘saberes orais’ de apenas um informante e constituem uma outra tendência importante no contexto das campanhas de preservação do património literário oral, surgindo também em evidência nos trabalhos de campo do século XXI em território algarvio. Ressaltaremos, de seguida, três obras que se perfilam nesta tipologia.

O primeiro trabalho data de 2000 e retrata justamente esta visita ao repertório de uma ilustre informante algarvia, Filipa Faísca de Sousa, natural de Querença. Com a responsabilidade de Idália Farinho Custódio, Maria Aliete Galhoz e Isabel Cardigos, 10 dos romances aqui incluídos haviam já sido anteriormente recolhidos por Manuel Viegas Guerreiro e incluídos em 1988 no *Romanceiro Popular Português* da responsabilidade de Maria Aliete Galhoz. Quanto à tipologia temática dominante no acervo memorial da informante, nesta edição de 2000, reconhecemos também a tendência para um romanceiro profano de carácter novelesco: “Silvana” (IGR: 0005) contaminado com o tema “Delgadinha”⁵⁰ (IGR: 0075), um fragmento de “Delgadinha” numa outra versão⁵¹ (IGR:0075), “Claralinda”⁵² (IGR 0234), “O Veneno de Moriana”⁵³ (IGR: 0172); ao mesmo tempo que se observa a presença de alguns temas devotos: “A devota da ermida”⁵⁴ (IGR: 0165), “O lavrador da arada”⁵⁵ (IGR: 0185), “Nau Catrineta”⁵⁶ (IGR: 0457), mais três versões de romances religiosos referentes ao nascimento e à infância de Cristo⁵⁷: “A Virgem no portal de Belém”⁵⁸ (IGR: 0644), “Pobreza da Virgem no portal de Belém”⁵⁹ (IGR: 0812) e “O menino Jesus quer dizer missa”⁶⁰ (IGR: 0447).

Pouco depois, o repertório geral de Filipa Faísca de Sousa foi, em 2003, objecto de um trabalho académico. A autora, Patrícia Barreira, entrevista mais uma vez a informante, editando os produtos das suas recolhas.

⁵⁰ SOUSA, 2000, pp. 93-94.

⁵¹ *Op. cit.*, p. 95.

⁵² *Op. cit.*, pp. 95-96.

⁵³ *Op. cit.*, pp. 96-97.

⁵⁴ *Op. cit.*, pp. 98-100.

⁵⁵ *Op. cit.*, pp. 101-102.

⁵⁶ *Op. cit.*, pp. 102-104.

⁵⁷ *Op. cit.*, pp. 97-98.

⁵⁸ *Op. cit.*, p. 97.

⁵⁹ *Op. cit.*, pp. 97-98.

⁶⁰ *Op. cit.*, p. 98.

No caso específico do romanceiro, este trabalho não avança com a exumação de novos temas do repertório de Filipa Faísca, mas limita-se a apresentar as fixações das recitações que recolheu, lado a lado com as edições já publicadas das versões da informante de Querença⁶¹, pelo que a sua visibilidade para o estudo do romanceiro algarvio afigura-se, de facto, diminuta.

Outro caso a comentar é o de Elisabete Reis, que dedicou, em 2005, uma monografia de licenciatura na Universidade do Algarve à recolha e transcrição dos 'saberes' da informante Maria do Carmo Martins⁶². O romanceiro surge parcamente representado nesta coleção (através de uma única versão), não sabemos se por efetivamente constituir um género ausente da memória da informante, se por dificuldades na sua recolha por parte da aluna. A realidade é que, desta recolha, sobressai apenas uma versão completa da *vulgata* do romance profano novelesco "Bela Infanta"⁶³ (IGR: 0113).

Um outro trabalho académico de Elisabete Reis, que contribui com algumas versões inéditas de romances algarvios, constitui a sua dissertação de mestrado, defendida em 2012. Neste estudo, a autora selecciona uma amostra de textos recolhidos no Algarve (embora nem todos os informantes inquiridos fossem naturais desta região⁶⁴), provenientes de recolhas efectuadas por alunos desta instituição entre 2002 e 2005, as quais se encontram depositadas no Centro de Estudos Ataíde de Oliveira da Universidade do Algarve. Segundo assume a autora, a escolha do *corpus* fez-se em função do conceito de coleção. Assim, foram seleccionados 56 informantes e, por extensão, o seu repertório⁶⁵. A edição dos materiais editados, transversal a diversos géneros tradicionais, é igualmente subsidiária da perspectiva de que

[...] importa, além do texto, o contexto dos textos, a sua utilização, e a ligação do informante com eles, tentando-se compreender por que motivo aquele os transmite. [...] Os textos deixam de ser vistos como entidades abstratas, que vivem independentemente de quem os diz.⁶⁶

⁶¹ BARREIRA, 2003 II reedita as suas próprias recolhas dos temas "O Veneno de Mariana" (tema 41.c), "Delgadinha" (tema 42.d), "Nau Catrineta" (tema 44.c), "A devota da ermida" (tema 45.e), mais o romance religioso "A Virgem lavadeira" (tema 39.c).

⁶² Cf. Reis, 2005.

⁶³ Editada em *op. cit.*, p. 69.

⁶⁴ Ver Reis, 2012, p. 70.

⁶⁵ *Ibid.*

⁶⁶ Reis, 2012, p. 61.

Lamentavelmente, neste trabalho, Elisabete Reis oferece-nos um *corpus* extremamente reduzido de romances. Embora com o mérito de se tratar de um conjunto de textos inéditos, a edição não vai além de três versões de romances religiosos, dois dos quais recolhidos pela própria, a saber “O discípulo amado”⁶⁷ (IGR: 0064.1), “A Virgem a caminho do Calvário”⁶⁸ (IGR: 0042) e uma versão de “A Fonte das Almas”⁶⁹ (sem código de IGR). Tendo em conta a natureza selectiva dos materiais editados a partir da identificação de colecções, e sem um especial interesse pelo romanceiro, permanece a incerteza de, no universo de recolhas analisadas pela autora (realizadas por alunos entre 2002 e 2011) se poderem eventualmente encontrar mais materiais inéditos referentes ao romanceiro.

Resta-nos, pelo exposto, salientar o papel que o romanceiro religioso assume nesta colecção. Não temos possibilidade de precisar melhor os valores totais do romanceiro religioso no Algarve por se tratar de uma área mal controlada em termos numéricos tanto regionais como globais, ao não figurarem ainda na base de dados do Arquivo do Romanceiro Português da Tradição Oral Moderna⁷⁰. Mas sem dúvida que cabe em boa medida nos nossos dias ao romanceiro religioso assegurar a sobrevivência deste género poético na tradição oral do Algarve em termos de diversidade temática, já que as recolhas efectuadas nos últimos anos demonstram inequivocamente o (ainda) vivo interesse da comunidade relativamente a este tipo de *corpus*, o que se explica pela sua funcionalidade oracional, persistente enquanto prática religiosa individual ou comunitária à margem da vivência católica institucional. Em sentido contrário, assinala-se o esquecimento dos temas profanos, que objectivamente rareiam tanto em termos de diversidade temática como de número de versões.

Refira-se que a lista de temas profanos estampados nestes trabalhos editoriais do século XXI aponta para uma memória bastante residual desta tipologia de poemas no Algarve, onde já nem o romanceiro carolíngio (com excepção aberta para o trabalho de Custódio *et al.* 2006), o qual surgia bem representado pelo tema “Conde Claros vestido de frade” (IGR: 0159) ainda nas

⁶⁷ Na classificação seguida pela autora, designado “Quinta-feira Santa” (Reis, 2012, pp. 261-262).

⁶⁸ *Op. cit.*, pp. 263-264.

⁶⁹ *Op. cit.*, p. 265.

⁷⁰ Arquivo dirigido, há mais de trinta anos, pelo professor da Universidade do Algarve, Pere Ferré.

edições dos anos 90 do século XX, figura. Resume-se, então, a diversidade temática profana aos romances novelescos “Bela Infanta”, “Claralinda”, “Conde Ninho”, “O Veneno de Moriana”, “Delgadinha” e “Silvana” + “Delgadinha”, “Bernal Francês”, algum tema devoto como “Nau Catrineta” e “A devota da ermida”, em contraste com um leque temático religioso significativo.

Não constitui qualquer novidade esta constatação, pois já as editoras de *Memória Tradicional de Vale Judeu* alertavam em 1997 para esta situação, referindo-se ao fenómeno da prosificação dos romances como sintoma da desagregação de uma memória activa no Algarve⁷¹. Acrescento, pela minha parte, que valerá bem a pena, enquanto colectora, tentar contrariar essa tendência prosificadora, que mais não significa do que um recurso de que o informante se vale para evitar o esforço que supõe escavar em níveis mais profundos da memória, lugar onde esses textos se encontram em virtude da sua reconhecida falta de funcionalidade actual. Naturalmente que esta posição contraria aquela que nos nossos dias norteia as recolhas de literatura tradicional, pautada pela menor intervenção possível no discurso do informante, como aqui se assinalou. Talvez por isso mesmo algumas das prosificações de romances provenientes de recolhas mais recentes ostentem o reflexo de posições metodológicas assumidas ou, ainda, o sintoma da imperícia ou falta de preparação dos colectores (onde me incluo, na primeira recolha que efectuei em 2000).

EDIÇÃO, TEXTUALIDADE E SUPORTES:

impresso vs. digital

Considerámos, por circunstâncias forçadas, a nossa História do romanceiro no Algarve “en el momento en que los romances comienzan a ser puestos sobre el papel, copiados o impresos”⁷², recuperando palavras recentes de Vicenç Beltrán, com a antecipada suspeita de que este acontecimento (avançado o século XIX, relembro) se dá quando esta poesia deveria circular na memória algarvia desde há largos séculos, à luz e semelhança do que sucedia para todas as sub-tradições regionais do romanceiro português.

⁷¹ “Os romances tradicionais de assunto profano, menos recordados que os religiosos, (mais vivos nas memórias por assumirem função de oração), apresentam-se relatados quase totalmente prosificados, na forma de conto, e mantendo poucas sequências em fórmulas romancísticas. Este fenómeno demonstra que os temas são ainda conhecidos, mas se vão desvanecendo do património memorial, já praticamente só passivo, da comunidade.” (Custódio / Galhoz, 1997, II, p. 27).

⁷² Beltrán, 2016, p. 5.

Advirta-se, também, seguindo de perto as conclusões da especialista Ana Valenciano, tecidas a partir da sua longa experiência na edição de romances de tradição oral, que a fixação por escrito das versões destes romances - momento no qual cada versão entra para a História, máquina que se alimenta de evidências documentais, como sabemos - implica uma invariável perda e que, sumariamente, o objectivo perseguido pelo editor de romances tradicionais não vai além da mera aproximação a um “original”⁷³.

Claro que a raiz do problema reside na natureza desse mesmo texto romancístico, que sofre assim, uma transposição de suporte: do suporte memória, caracterizado pela variação e pautado por uma ‘certa’ instabilidade, para o suporte escrito, que fixa, estampa, grafa esse texto, transformando-o num documento, o “texto-documento” de que fala a investigadora espanhola⁷⁴ (seja em papel ou pergaminho, impresso ou manuscrito, seja num ecrã de computador através de um processo de digitalização). O desiderato editorial proposto por Ana Valenciano, actualmente partilhado sem dificuldade por todos aqueles que editam o romanceiro tradicional entendendo-o como um produto ‘memorial’, assenta na procura da representação da versão do informante, “en la forma más cercana a ese ‘original’ memorizado”⁷⁵.

Aproximação, portanto, é tudo o que pode oferecer qualquer tentativa de materializar um género poético cujas marcas distintivas assentam precisamente na sua imaterialidade. Mas destacar esta concepção de edição como remediação irá ajudar-nos a entender de que forma o paradigma editorial digital pode servir a fixação do romanceiro tradicional justamente devido à irradiação de um certo dinamismo comum entre esta poesia tradicional e as possibilidades fornecidas pelo digital para a concretização de uma nova textualidade, menos estática e mais dinâmica.

Naturalmente, as recolhas coevas não atentam nos critérios de procura do texto memorizado tal como os define Valenciano, mas na exploração do texto na sua relação com factores externos à sua estrutura e forma (o mencionado contexto), na crença de que o texto é o produto da interacção com o seu contexto, que por

⁷³ Mais precisamente, “Un modo de aproximarse en lo posible al conocimiento del dilatado proceso que comienza en la etapa del ‘establecimiento’ de la versión en la memoria del informante y finaliza con el establecimiento de ese mismo texto por parte del editor.” (o sublinhado é meu). (VALENCIANO, 2006, p. 68).

⁷⁴ Em VALENCIANO, 1994, p. 62.

⁷⁵ VALENCIANO, 2006, p. 68.

seu turno é dado pelo depositário que o armazena na memória, pelas suas circunstâncias de vida e pelo meio em que este se insere.

Lembremos como a História da edição do romanceiro no Algarve ilustrem, segundo constatámos atrás, algumas das interessantes concepções editoriais vigentes no passado, reflexo de preocupações alheias à procura dos modos de representação da versão memorizada de um romance (os casos dos primeiros editores algarvios e as suas concepções editoriais são disso exemplo) alheamento igualmente partilhado, ainda que de outra forma, está claro, pela visão, diríamos antropológica, em vigor ultimamente nos trabalhos de recolha e edição da literatura tradicional em geral e do romanceiro em particular.

Ao nível da ideia de texto veiculada por esta última concepção editorial, nomeemos principalmente que a ausência de uma pesquisa aprofundada junto do informante no sentido da procura do texto memorizado - que deste modo surge como um objecto volátil ao sabor das circunstâncias de recolha e, portanto, como produto que se actualiza de forma perigosamente desagregadora de cada vez que é revisitado - diríamos que as consequências não podem deixar de ser nefastas. O informante detém, de acordo com este postulado, o rumo do 'seu' texto e a sua 'voz' e a oralidade, portanto, assume um poder perigosamente sagrado, com repercussões ao nível da própria fixação dos textos, a qual obedecerá ao mesmo espírito de respeito fiel e absoluto por esta 'voz'. Tal constatação não acrescenta, todavia, na prática, qualquer riqueza ao texto tradicional. Esquece-se, neste quadro, que a oralidade não passa de uma forma de expressão e que não caracteriza qualquer forma de textualidade, como parece ser o entendimento deste postulado. Um exemplo prático do que acabamos de referir é a não reposição, patente nalgumas edições de romances, da ordem estrutural de versões que o informante, muitas vezes devido a lapsos de memória, não conseguiu reproduzir correctamente (abundam casos destes, pelo que me escuso de referir exemplos concretos, bem à mão do leitor). E é justamente esta noção de 'correcto' que a concepção editorial 'antropológica' questiona.

Falaríamos, assim, de uma certa anarquia como resultado deste modo de editar, o que de todo não se relaciona com as questões de variação intrínsecas à literatura tradicional. Fica assim claro que não é deste modo que se espelha no acto editorial o célebre postulado

pidalino de que o romanceiro vive em variantes. Para além de não dar conta desta característica essencial do romanceiro, a forma de recolher e editar que vincula umbilicalmente o contexto ao texto ilustrará somente a desagregação de uma memória textual muito pouco funcional já, em sentido contrário ao da tal aproximação ao texto memorizado de que fala Ana Valenciano.

Ora, não é demais repetir que a dimensão necessariamente estática correlata à fixação em papel de qualquer romance tradicional implica a impossibilidade de representar a sua verdadeira múltipla natureza dada pelo som, pela imagem, pela variação. Se o recurso à edição crítica (como faz Vanda Anastácio no caso do *Romanceiro Tradicional do Distrito de Faro* ou Pere Ferré no seu *Romanceiro Português da Tradição Oral Moderna*) mitiga essa rigidez, pois permite dar fé da variação intrínseca a cada texto, contudo, não deixa de o fazer de forma estática, através da introdução, numa zona independente da página, do aparato de variantes, num lugar apartado do texto propriamente dito. Note-se, contudo, que as variantes também 'são' texto, muito embora a tecnologia associada ao suporte papel não permita representar essa característica. É neste sentido que, mesmo nos casos em que o editor manifestamente se preocupa em dar conta dessa variação, não resta outra possibilidade para além da de olhar a fixação de uma versão de um romance como um acto de perda adjacente à tentativa de preservação de um texto patrimonial.

Ainda assim, se as limitações impostas pelo suporte papel parecem ditar esta noção de impossibilidade representativa total de um texto que tem como suporte natural a memória e que se deixa ler / ver / ouvir em circunstâncias muito particulares, cabe analisar, a seguir, se de alguma forma o recurso à tecnologia digital permite alterar este panorama.

PALAVRAS FINAIS: o Futuro

Enquadrado no espírito das campanhas de preservação do património cultural, o Arquivo do Romanceiro Português da Tradição Oral Moderna foi recentemente (entre 2014 e 2015) alvo de um processo de migração para suporte digital, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, que reconheceu a importância documental deste núcleo documental bem como as ameaças à sua integridade material. Esta campanha deu, pois, origem à já aqui abundantemente citada plataforma Romanceiro.pt, um

projecto que persegue, hoje em dia, novos objectivos e melhoramentos. Os textos do romanceiro, fotocopiados e atesourados neste arquivo, encontram-se agora *online* graças à construção de uma base de dados relacional e a um processo de digitalização.

A aventura tecnológica do digital, que não dispensa um período de adaptação e transição, proporciona, por outro lado, infinitas possibilidades de difusão da informação⁷⁶.

Mas pese embora a euforia da digitalização, os textos em suporte digital que figuram na plataforma Romanceiro.pt (onde o romanceiro algarvio se encontra representado, como vimos) não passam de meras digitalizações, imagens (facísimas, para sermos mais precisos) das versões de romances criadas com vista à impressão, com o seu fluxo de perdas associadas à fixação pela escrita segundo o paradigma do livro impresso. Se quisermos, o grande desiderato desta, como o de outras plataformas digitais, converge na acepção de Roger Chartier, segundo o qual:

[...] la posibilidad de la biblioteca universal, entendiendo por esto que, si cada uno de los textos escritos o impresos del patrimonio textual es transformado en un texto electrónico, no hay razón por la cual no se pueda proponer una universal disponibilidad del patrimonio textual a través de la transmisión electrónica.⁷⁷

Dito de outra maneira e retomando o que se discutiu há uns parágrafos atrás, nestes moldes nada de novo pode acrescentar a conversão de uma versão de um romance tradicional do seu suporte impresso para o ecrã de um computador, já que a sua migração fundamental, a da tal perda que atrás equacionávamos, consiste na primigénia transposição do suporte memória para o suporte papel.

Neste caso, a nova migração do papel para o suporte digital não contempla qualquer novidade para além da já assinalada: a ampla difusão e, como consequência, o enorme potencial de ampliação do arquivo que o meio digital autoriza. Refiro-me em concreto à “biblioteca universal”, lembrando que, no seu âmbito, esta nova migração equivale, em termos de transformação nas

⁷⁶ A propósito, não podemos deixar de anotar a seguinte observação de Robert Darnton: “La invención de mitjans electrònics de comunicació és com a mínim tan revolucionària com la invenció de la impremta de tipus mòbils, i ens costa tant d'assimilar com va costar als lectors del segle XV assimilar els textos impresos.” (Darnton, 2010, p. 72).

⁷⁷ Chartier, 2000, p. 206.

condições de acesso à informação, à proporcionada pelo advento da imprensa, como adverte Darnton.

Mas avançar mais do que isso – como se já fosse pouco –, em termos de consequência para a própria textualidade do romanceiro tradicional, a transposição da tecnologia papel para a digital através de técnicas de reconhecimento de imagem pouco ou nada adianta.

Esta revela-se, neste sentido, uma falsa questão. No limbo de equívocos, esperanças e imprecisões associadas à cultura digital no debate contemporâneo, importa esclarecer, no que respeita à edição digital de textos, que “A digitised edition is not a digital edition”⁷⁸. Aliás, o grande potencial de uma edição de um romance tradicional vinculada ao paradigma digital (pelo menos no que à tradição portuguesa concerne) não pertence ainda ao presente, pois a simbiose entre a edição e a materialidade que veicula a transmissão dos textos não permite, no paradigma actual, alcançar o seu real impacto⁷⁹, que, acredito, no caso da edição do romanceiro tradicional, se vislumbra nas imensas possibilidades de enriquecimento do próprio texto.

A recuperação da dimensão múltipla e necessariamente rica de uma versão de um romance tradicional na sua essência pode, pois, equacionar-se através de uma edição digital cuja tecnologia permitirá então uma aproximação mais frutífera à original natureza multimodal do texto tradicional. O recurso a estratégias próprias do paradigma digital como o hipertexto permitirão dar conta *in texto* da variação textual e remeter para um sem fim de recursos. O texto admitirá, por seu turno, diversos níveis de leitura e a *editio variorum* não excluirá, portanto, a *editio ne varietur*. Refira-se ainda o potencial representado pelo enlace, através da web semântica, de um texto a outros textos, de um informante a múltiplos informantes, cumprindo-se assim o “autor legión” de que falava Menéndez Pidal, ou a associação de recursos hipermediáticos como os facsímiles de edições anteriores ou de manuscritos, que virão deste modo alargar de forma radial os horizontes da edição de um romance tradicional.

Para terminar, e como desejo para o futuro, que o romanceiro do Algarve possa acompanhar esta revolução, tão pioneiramente como soube ser esta a primeira região portuguesa a editar em papel a primeira colecção de romances tradicionais representativa de um território regional.

⁷⁸ Sahle, 2016, p. 27.

⁷⁹ Cf. Gabler, 2016, p. XIII.

BIBLIOGRAFIA CITADA:

ANASTÁCIO, Vanda (1985) – *Os Textos de Romances no Romanceiro e Cancioneiro do Algarve de Athaide Oliveira: Uma Tentativa de Edição Crítica*. Lisboa: Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

_____ (org.) (1988) – *Romanceiro Tradicional do Distrito de Faro I*. Col. Novos Inquéritos. Santiago do Cacém: Universidad Complutense de Madrid / Real Academia Arqueológica Lusitana.

BARREIRA, Patrícia (2003) – *A Literatura Oral de Filipa Faisca*, vol. II “Anexos”. Faro: Monografia de Licenciatura apresentada à Universidade do Algarve.

BELTRÁN, Vicenç (2016) – *El romancero: de la oralidade al canon*. Kassel: Edition Reichenberger.

BRAZÃO, José Ruivinho e Néelson Conceição (2008) – *Cancioneiro Tradicional Português*. Cruz Quebrada: Casa das Letras.

CHARTIER, Roger (2000) – *Cultura escrita, literatura e história*, 2ª ed.. Alberto Cue (ed.). México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

CORREIA, João David Pinto (2009) – “O romanceiro do/no Algarve: seus recolectores e editores” in João Carlos Carvalho e Catarina Oliveira (coord.), *Viajantes, Escritores e Poetas. Retratos do Algarve*. Lisboa: Edições Colibri / Centro de Estudos Linguísticos e Literários / Universidade do Algarve.

CUSTÓDIO, Idália Farinho e Maria Aliete Farinho Dores Galhoz (1997) – *Memória Tradicional de Vale Judeu – II*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé.

CUSTÓDIO, Idália Farinho et al. (2006) – *Romances. Património Oral do Concelho de Loulé*, vol. II. Loulé: Câmara Municipal de Loulé.

_____ (2013) – *Vária. Património Oral do Concelho de Loulé*, vol. V. Loulé: Câmara Municipal de Loulé.

DARNTON, Robert (2010) – *Digitalitzar és democratitzar?*. Traducció de Martí Mas. Barcelona: Arcàdia, 2010.

DIOGO, Cláudia (2015) – *Lendas e Outras Memórias. História, Tradição e Oralidade no Algarve*. Faro: Direção Regional de Cultura do Algarve.

FERRÉ, Pere e Cristina Carinhas (2000) – *Bibliografia do Romanceiro Português da Tradição Oral moderna (1828-2000)*. Madrid: Instituto Universitario Seminario Menéndez Pidal.

FERRÉ, Pere (estudo introdutório, organização e fixação de) (2000b) – *Romanceiro Português da Tradição Oral Moderna*, vol. I, com a colaboração de Cristina Carinhas, Ramon dos Santos de Jesus e Eva Parrano. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; (2001) - *Romanceiro Português da Tradição Oral Moderna*, vol. II, com a colaboração de Teresa Araújo, Cristina Carinhas e Mirian Nogueira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; (2003) - *Romanceiro Português da Tradição Oral Moderna*, vol. III, com a colaboração de Sandra Boto. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; (2004) – *Romanceiro Português da Tradição Oral Moderna*, vol. IV, com a colaboração de Sandra Boto e Patrícia de Jesus Palma. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GABLER, Hans Walter (2016) - “Foreword” in Matthew James Driscoll and Elena Pierazzo (eds.), *Digital Scholarly Editing. Theories and Practices*. Cambridge: Opne Book Publishers, 2016, pp. xiii-xv.

GALHOZ, Maria Aliete (organização, introdução, notas e bibliografia de) (1988) – *Romanceiro Popular Português, II – Romances Religiosos e Orações Narrativas. Romances Vulgares e Cantigas Narrativas*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos / Instituto Nacional de Investigação Científica.

_____ (1999-2001) – “O romanceiro no Algarve”, *Revista Lusitana (Nova Série)*, 19-21, pp. 109-124.

GARRETT, Almeida (1851) – *Romanceiro*, III. Lisboa: Na Imprensa Nacional.

MARQUES, José Joaquim Dias (2002) – *O Romanceiro do Algarve de Estácio da Veiga. Sua Integração na História do romanceiro português e suas relações com a questão da emendatio dos textos poéticos tradicionais*. Faro: Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Algarve.

_____ (2005) – “Estudo introdutório” in Sebastião Philipes Martins Estácio da Veiga, *Romanceiro do Algarve*. Faro: Universidade do Algarve.

REIS, Elisabete (2005) – *Uma Viagem pela Literatura Oral de Maria do Carmo Martins*, 2 vols. Faro: Monografia de Licenciatura apresentada à Universidade do Algarve.

_____ (2012) – *Contributo para o Estudo da Literatura Oral do Algarve*. Faro: Tese de Mestrado apresentada à Universidade do Algarve.

SAHLE, Patrick (2016) - “What is a Scholarly Digital Edition?” in Matthew James Driscoll and Elena Pierazzo (eds.), *Digital Scholarly Editing. Theories and Practices*. Cambridge: Opne Book Publishers, 2016, pp. 19-39.

SOUSA, Filipa Faísca (2000) – *Povo, Povo, eu te Pertença*, selecção, organização, recolha e transcrição de Idália Farinho Custódio, prefácio, classificação e notas de Maria Aliete Farinho Galhoz e classificação e notas aos contos de Isabel Cardigos. Loulé: Câmara Municipal de Loulé.

VALENCIANO, Ana (1994) – “Edición crítica de textos de base oral: el romancero” in Salvador Rebés (a cura de), *Actes del Col.loqui sobre cançó tradicional. Reus, setembre 1990*. [s.l.]: Publicacions de l’Abadia de Montserrat, pp. 299-307.

_____ (2006) – “Crítica a la edición crítica de los romances de la tradición oral moderna” in Ramón Santiago et al. (eds.), *Tradiciones discursivas. Edición de textos orales y escritos*. Madrid: Editorial Complutense, pp. 45-69.

www.romanceiro.pt [Plataforma Digital do Romanceiro Português, consultada pela última vez a 29 de Outubro de 2016]

Para a História da edição do romanceliro no Algarve: protagonistas, textos, suportes e uma falsa questão

Contributions for the History of the Romanceliro in the Algarve: protagonists, texts, supports and a false issue

SANDRA BOTO

Palavras-chave:

Romanceliro tradicional
Algarve
Edição
suportes

Resumo: Este trabalho oferece uma reflexão

sobre a História da edição do romanceliro no Algarve, desde as suas primeiras manifestações documentais até ao presente. Estabelecem-se balizas periodológicas, discutem-se metodologias de recolha e de edição e defendem-se, ainda, as potencialidades de que se reveste o paradigma da edição digital para aproximar a representação do romanceliro tradicional da sua essência múltipla e complexa.

Keywords:

Traditional romanceliro
Algarve
Editing
Supports

Abstrat: The present work proposes a reflection on the

editorial history of the Algarvian romanceliro from its early documental manifestations until our days. In it, timelines are established, collection and edition methodologies are discussed, and the potential of the paradigm of digital edition is defended, in an attempt to bring the representation of the traditional romanceliro closer to its multiple and complex essence.

SANDRA BOTO

scboto@ualg.pt

Sandra Boto has a degree in Modern Languages and Literatures (Portuguese Studies) from Algarve University. In 2012 she completed her PhD in Languages, Literatures, and Cultures (Literary Studies) at Nova University of Lisbon, with the thesis *The Sources of Almeida Garrett's Romanceiro. A Proposed Critical Edition*. Her PhD research was funded by a financial grant of the Portuguese Foundation for Science and Technology.

At present, she develops a post-doctorate project on Almeida Garrett's *Romanceiro*. The full critical digital edition, hosted at the Center for Portuguese Literature of Coimbra University and the CIAC – Centre for Research in Arts and Communication, of Algarve University, with a financial grant of the Portuguese Foundation for Science and Technology.

Sandra Boto is a member of the CIAC (Algarve University) and of the CLP (Coimbra University). She has taught at Huelva University in Spain, at Algarve University, and at Barcelona's Universitat Autònoma, where she directed the Portuguese Language Centre of the Camões Institute. Among other disciplines, she taught Portuguese as a Foreign Language, and Spanish Literature.

Sandra Boto é licenciada em Línguas e Literaturas Modernas – variante de Estudos Portugueses pela Universidade do Algarve. Em 2012 doutorou-se em Línguas, Literaturas e Culturas – Estudos Literários pela Universidade Nova de Lisboa, com a tese *As Fontes do Romanceiro de Almeida Garrett. Uma Proposta de Edição Crítica*. A sua investigação de doutoramento foi desenvolvida com o apoio de uma bolsa concedida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Atualmente, desenvolve o projeto de pós-doutoramento *O Romanceiro de Almeida Garrett. A edição crítica integral em formato digital*, acolhido pelo Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra e pelo Centro de Investigação em Artes e Comunicação da Universidade do Algarve, com bolsa atribuída pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

É membro do CIAC (Universidade do Algarve) e do CLP (Universidade de Coimbra). Ensinou na Universidad de Huelva, na Universidade do Algarve e na Universitat Autònoma de Barcelona, onde dirigiu o Centro de Língua Portuguesa do Instituto Camões. Da sua experiência docente, destaca-se o ensino de Português para Estrangeiros e de Literatura Espanhola.



Com o apoio de:

